

**Hermenêutica ambiental e consciência ecológica:
espaço, memória e biodiversidade**
As Ciências da Natureza e as Humanidades em diálogo

Apresentação pública do projeto FCT de Estímulo ao Emprego Científico "Ler a natureza como texto: para uma hermenêutica ambiental e consciência espaço-identitária na ecocultura portuguesa", de Martinho Soares

Com a participação de:
Helena Freitas,
Joaquim Sande
Luísa Portocarrero,
Luís Umbelino

Território e identidade
Monoculturas e biodiversidade: a situação
em Portugal
O que é a Hermenêutica?
Espaço, memória e consciência
ecológica

Temas em análise:

Centro Ciência Viva - Rómulo de Carvalho, 3 de outubro, 18:00h

Quero começar por saudar todos **os presentes** e dar-lhes as boas vindas. Agradeço a presença de todos, amigos, colegas, familiares, alunos e o restante auditório; de um muito particular quero cumprimentar, como não podia deixar de ser, e congratular-me pela presença dos **ilustres convidados que compõem este painel** e que terei oportunidade de apresentar individualmente mais à frente. Quero também agradecer à **Doutora Carmen Soares**, recém-empossada diretora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos pelas amáveis e generosas palavras de acolhimento e ao próprio **Centro** por ela aqui representado, e do qual faço parte, e **a todos os seus membros** pelo ambiente científico encorajador e estimulante, no seio do qual se propicia o desenvolvimento sólido, amplo e, por vezes, ousado de projetos e ideias de investigação científica. Apesar da coincidirmos no nome (Soares) e na latitude geográfica (zona oeste do concelho de Pombal), a verdade é que são fundamentalmente os Estudos Clássicos e a Historiografia grega antiga que, em primeira instância, nos interligam, concorrendo para o caso o facto de só ter conhecido a Doutora Carmen Soares em Coimbra, aquando da minha licenciatura. Finalmente, como não podia deixar de ser, quero dirigir uma palavra muito especial de agradecimento ao **Doutor Carlos Fiolhais e à Dra. Manuela Serra e Silva** pelo extraordinário acolhimento, disponibilização e preparação do espaço. A escolha do Rómulo – Centro de Ciência Viva para albergar este evento não foi casual. Desde logo pelas suas boas condições de acomodação, mas, sobretudo, pelo seu carácter interdisciplinar, por ter no nome a figura de um enorme poeta que foi não menor cientista.

O projeto de investigação que aqui hoje apresentamos está inscrito num dos ramos mais verdes (no duplo sentido temporal e ecológico) da Filosofia do ambiente, falo da Hermenêutica Ambiental. Esta é uma disciplina filosófica recente que ganhou força nos últimos anos, muito impulsionada pelas preocupações ambientais e pela forte consciência da condição espacial do ser humano. A Hermenêutica Ambiental pretende interpretar e compreender as complexas interações entre os seres humanos e o meio natural que os envolve. Não há dúvida de que, como seres que somos dotados de corpo, a nossa condição física implica a nossa colocação num espaço. Ou, como disse Heidegger, "ser é morar", mas morar implica mudar o ambiente e a paisagem em que vivemos para melhor e para pior. Por sua vez, os lugares em que habitamos influenciam a nossa identidade - quem somos, o que fazemos e como nos concebemos em relação a outros seres humanos, animais não humanos e o ambiente natural mais abrangente. Compreender essas influências e interações complexas é essencial para determinar como interpretamos quem e o que somos e como nos situamos no mundo.

Embora pareça um palavrão, hermenêutica, como adiante a Doutora Luísa Portocarrero certamente explicará, é tão simplesmente a ciência da Interpretação. Quando interpretamos um texto, estamos a fazer hermenêutica. Esta ciência que começou por ser aplicada aos textos bíblicos, sob o nome de exegese bíblica – quando finalmente se percebeu que a Bíblia não era um livro fechado e monolítico – foi depois estendida aos textos literários e às artes de um modo geral. Acreditam os hermeneutas que só se pode perceber profundamente o homem e o sentido da vida pela via indireta das manifestações simbólico-culturais do próprio sujeito; o mesmo é dizer que só através daquilo a que chamamos cultura, e que se nos apresenta de modo codificado e poliédrico, exigindo de nós a decifração do seu carácter simbólico e plurívoco, podemos atingir o lado mais labiríntico e opaco da realidade humana. Nesse processo de decifração entra a interpretação ou hermenêutica, processo dialógico e inesgotável, à medida da complexidade e opacidade da própria matéria que estuda.

A questão que se impõe é então esta, passível de ser formulada de diversos modos? O que é que a hermenêutica tem a que ver com a natureza e o ambiente de um modo geral? De que modo as teorias da interpretação se podem aplicar à natureza, ao território, à paisagem? Podemos colocar no mesmo saco as obras literárias, o cinema, a pintura, a música, o teatro e a natureza ou o espaço em que habitamos? Não é – para usar uma expressão popular – misturar alhos com bugalhos? As respostas a estas dúvidas legítimas precisariam do tempo de que nós hoje não dispomos, mas, arriscando a superficialidade,

não queremos deixar de dizer alguma coisa, remetendo para publicações futuras respostas mais desenvolvidas e aprofundadas.

Uma ideia que ganhou força na cultura cristã ao longo da Idade Média até ao apogeu da racionalidade científica moderna é a de que a natureza é o segundo livro da criação. Ora, se é livro, é porque pode ser lido e precisa de ser interpretado. Se é livro, é porque teve um autor, neste caso um Ser Supremo, demiurgo ou criador. Esta ideia do Ser Supremo Criador é transversal à quase totalidade das configurações da divindade, sejam elas animistas, dualistas, monistas, politeístas ou monoteístas-proféticas. Independentemente das nossas crenças, este é um facto histórico e científico que não pode ser escamoteado: ao longo da história da humanidade houve uma tendência para ler na natureza a obra e a mensagem codificada de um ser superior e criador, e isto vai desde o Druidismo, para quem a natureza e religião se confundem, ao próprio Cristianismo, que vê na natureza um sinal da Revelação. Nesta primeira fase do processo editorial do livro da natureza, a montante do ato criativo, fixamo-nos no autor. A Hermenêutica ganha em escutar ciências como a Teologia, a História das Religiões ou a Fenomenologia e Hermenêuticas da Religião, cadeira que eu próprio tenho lecionado na Universidade Católica. Para além do mais, é desta área do saber que têm vindo desde a primeira hora os mais vigorosos impulsos para a emergente disciplina da Hermenêutica ambiental. Forrester Clingerman, autor de vários artigos e ensaios neste domínio, é um destacado teólogo norte-americano que está por trás de duas obras axiais neste campo de estudos: *Placing nature on the borders of Religion, Philosophy and Ethics* e *Interpreting Nature: the emerging field of Environmental Hermeneutics*.

Numa segunda fase ou estágio deste suposto processo editorial, impõe-se um olhar objetivo e analítico sobre o próprio texto. Com efeito, se o texto é a natureza, o seu código linguístico e gramatical provirá menos da área das Ciências Sociais e Humanas, embora a Geografia possa dar uma mão, e mais da área das Ciências Naturais. Uma semiótica da natureza não se pode fazer sem o contributo de ciências como a Biologia, aqui representada pela Doutora Helena Freitas, a Ecologia ou, num ramo mais específico, as Ciências Florestais, aqui representadas pelo Doutor Joaquim Sande Silva. Só assim se pode respeitar o que o filósofo francês Paul Ricoeur, autoridade máxima em matéria de estudos hermenêuticos, entendia por dialética entre explicação e compreensão, sendo a explicação atinente a uma linguagem mais analítica, estrutural, exata e imparcial, ao passo que a compreensão pende mais para a narrativa e a subjetividade. Isto porque – advogava o mesmo filósofo – para “compreender melhor é preciso explicar mais”. Os dados das

Ciências exatas são fundamentais para construir narrativas seguras, consistentes e completas. Já a hermenêutica, ao mediar e conciliar estes dois polos do saber, permite superar a dualidade sujeito-objeto.

Por fim, num terceiro e último estágio, temos a leitura da natureza, a receção e refiguração do espaço natural pelo homem que nele habita, do qual faz parte, enquanto personagem integrante de uma história que ele próprio tenta ler e, nesse processo, lendo-se a si próprio. Isto significa que o ser humano não consegue ler-se e compreender-se, sem, ao mesmo tempo, ler e compreender o meio que habita, o qual influencia a sua identidade e o seu modo de vida. Desta ligação entre território e identidade já os primeiros geógrafos gregos nos davam testemunho. Leia-se Estrabão e o modo como explicava o carácter bélico e pacífico dos povos europeus com base nos relevos acidentados ou planos em que habitavam. É nesta terceira fase que a hermenêutica ambiental encontrará um vasto campo de trabalho. Aqui cabem certamente, desde logo, as representações literárias, pictóricas e, de um modo geral, culturais que o ser humano tem feito do próprio espaço, território ou meio natural em que se move, vive e existe. Mas nem só os artistas produzem interpretações sobre o espaço natural. Cada um de nós lê e interpreta o espaço à sua volta e interpreta-se, por meio dos órgãos dos sentidos, do pensamento e da memória, a partir desse espaço. A própria Geografia, só para dar um exemplo mais concreto, é pródiga em interpretações sobre o território. Com efeito, desde o século passado, a paisagem foi lida de diferentes modos pelas principais correntes da Geografia, consoante o seu posicionamento epistemológico. Tivemos assim uma leitura materialista-naturalista, uma leitura quantitativa de inspiração económica, uma outra de inspiração estruturalista, outra semiológica, outra geopolítica, e, mais recentemente, uma geografia das representações. Estão em marcha leituras construtivistas e culturais, derivadas das representações. Em contexto nacional, são verdadeiramente notáveis as leituras de um Álvaro Domingues, como já antes as de um Orlando Ribeiro, verdadeiros hermeneutas da paisagem. Nesta terceira fase, encontram-se as duas perspetivas hermenêuticas da natureza como texto e da natureza em texto.

Se paisagens e lugares podem ser lidos como textos, então o ato de ler e interpretar as paisagens como textos e as paisagens nos textos pode ser enformador de identidades pessoais e coletivas, tal como o são os textos literários. As histórias que contamos sobre o significado de um lugar, e o que significa estar naquele lugar, não apenas refletem e suportam a nossa identidade, mas também podem transformá-la. Nesse sentido, a hermenêutica ambiental torna-se uma chave para entender e fortalecer a ligação das

peças a lugares e paisagens específicas, e também para reforçar e promover valores ético-ambientais e avanços na sustentabilidade ecológica, biodiversidade e no sentido histórico-regional de pertença a um lugar marcador de identidade. Por outro lado, e essa é a questão mobilizadora deste projeto, se os lugares que habitamos influenciam a nossa identidade, o que é que acontece quando esses lugares da memória sofrem alterações radicais de descaracterização paisagística, seja por via da mudança massiva do paradigma florestal, seja por um apagamento de referências naturais e materiais causado por incêndios ou outro cataclismo, abandono das terras, construção e destruição de edifícios, estradas, etc. Partindo, em primeiro lugar, de uma reflexão hermenêutico-filosófica centrada na relação entre espaço e identidade, onde nos socorreremos, entre outros, dos preciosos estudos do Doutor Luís Umbelino sobre esta matéria, pretendemos, numa segunda fase, investigar a forma como as alterações paisagísticas em Portugal estão ou não a afetar a identidade territorial dos seus habitantes, a sua ligação afetiva ao território e até os seus padrões de vida. Este será o tema de um grande congresso multidisciplinar a organizar daqui a algum tempo. Queremos, por exemplo, tentar perceber a que ponto a monocultura intensiva e extensiva do eucalipto globulus e seu impacto negativo na biodiversidade (Becerra, Catford, Inderjit, et al. 2018), os incêndios florestais altamente destrutivos e mortais, juntamente com o abandono de vastas áreas do território nacional, estão a destruir características e especificidades das paisagens locais e pontos de referência compartilhados, que ajudaram a sustentar identidades coletivas e pessoais e proporcionaram aos habitantes humanos, animais e vegetais meios de identificação pessoal e coletiva, de bem-estar social e ambiental e de orientação geográfica.

Mas, como já foi dito, só aqui poderemos chegar, se conseguirmos superar a tradicional e estreita especialização do saber, categorizado por disciplinas estanques. Como bem nos alertou recentemente o Doutor Alexandre Quintanilha, no discurso de abertura do ano letivo da Faculdade de Letras, é hora de as várias áreas do saber dialogarem, pondo fim aos seus discursos herméticos e defensivos, e esforçarem-se por usar uma linguagem comum que permita fazer pontes entre si e com a sociedade em geral. Abordar estes temas, desta forma interdisciplinar, obriga-nos a dismantelar as tradicionais fronteiras intelectuais que demarcam nitidamente os vários campos do saber e obrigam-nos a promover diálogos e metodologias menos circunscritos e restritivos. Colocar a natureza fora das tradicionais fronteiras disciplinares é simultaneamente um desejo e uma necessidade.

Posto isto, penso que fica plenamente justificado o carácter heterogéneo e multidisciplinar deste painel de oradores. A **Doutora Helena Freitas**, sobejamente conhecida de todos nós, é licenciada em Biologia e doutorada em Ecologia, com investigação nas áreas da Taxonomia e da Ecologia Vegetal, tendo publicado várias obras e artigos científicos sobre a matéria. Dentre os inúmeros cargos e funções políticas e académicas que exerceu, destacamos o seu estatuto de professora catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da nossa Universidade de Coimbra, da qual também foi vice-reitora, diretora do Jardim Botânico da mesma Instituição e diretora e coordenadora do Centro de Ecologia Funcional. Detentora da Cátedra Unesco para a Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável, foi recentemente nomeada pela Comissão Europeia para integrar o Conselho de missão para a adaptação às alterações climáticas. Pelo meio teve ainda tempo para ser deputada por Coimbra na Assembleia da República, entre 2015 e 2016, pelo grupo parlamentar do PS e foi coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, cargo ao qual resignou em 2017, após os trágicos incêndios de Pedrógão Grande, aparentemente pelo facto de ter tomado posições políticas contrárias às do Governo de que fazia parte sobre sustentabilidade e ordenamento florestal. Em linha com outro ilustre professor, botânico, colega e grande defensor do ambiente e das florestas, o eminentíssimo Doutor Jorge Paiva, a Doutora Helena Freitas tem desempenhado uma forte ação política e cívica na praça pública em prol da ecologia, da gestão do território, da biodiversidade e da sustentabilidade das espécies. Pedi-lhe que nos viesse hoje falar, justamente, sobre um tema que lhe é muito caro e de que vou colhendo valiosas informações para o projeto, refiro-me à ligação território e identidade. Senhora Doutora Helena Freitas, seja muito bem-vinda, é com todo o gosto que lhe passo a palavra.

Chegou a vez de ouvirmos o Doutor Joaquim Sande Silva. Natural de Évora, é professor adjunto na ESAC / IPC. É licenciado em Silvicultura, Mestre em Environment and Renewable Resources pelo Mediterranean Agronomic Institute of Chania (Grécia) e Doutorado em Engenharia Florestal pelo Instituto Superior de Agronomia. Foi responsável pelo sector florestal da Companhia das Lezírias-SA (1988-91), exerce funções como docente no Departamento Florestal da Escola Superior Agrária de Coimbra desde 1991 e é investigador do Centro de Ecologia Aplicada “Prof. Baeta Neves” desde 2004. A sua principal área de interesse científico situa-se no domínio dos Incêndios

Florestais, sobretudo na vertente da Ecologia do Fogo. Autor de incontáveis artigos e obras publicados em Portugal e no estrangeiro sobre florestas, onde se destaca a belíssima coleção que dirigiu para o jornal Público “Árvores e florestas de Portugal”, é, sem dúvida, uma das pessoas que em Portugal mais conhecimento possui sobre florestas e, muito particularmente, sobre a problemática do eucalipto globulus, tema de inúmeros artigos seus, não sendo por isso de estranhar a sua presença constante nos meios de comunicação social, na praça pública e nos mais variados fóruns académicos e científicos. Depois dos grandes incêndios de 2017, foi nomeado pelo Parlamento para integrar o Observatório Técnico Independente que analisa e acompanha os incêndios rurais em território nacional. Sabemos que, nas últimas décadas, as paisagens naturais portuguesas sofreram tremendas mudanças. Muitas terras agrícolas ficaram ao abandono e antigas florestas, nativas e outras, foram amplamente substituídas por vastas monoculturas de eucalipto globulus (e também oliveiras no sul de Portugal). É um tema basilar no projeto em curso e é o tema de que nos vai falar hoje o Doutor Joaquim Sande Silva.

E agora, para nos explicar o que é a Hermenêutica, nada como ouvir a voz autorizada de uma especialista. A Doutora Maria Luísa Portocarrero é professora catedrática de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coordena, no nosso Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras, uma área de investigação de natureza interdisciplinar, na qual tenho o prazer de colaborar, que dá pelo nome de “Racionalidade hermenêutica”. Tem publicado inúmeros artigos em revistas da especialidade, nas áreas da racionalidade hermenêutica, da filosofia contemporânea e da Bioética. É autora e coordenadora de vários estudos hermenêuticos a partir de autores fundamentais como Aristóteles, Gadamer e Paul Ricoeur. Em meu abono devo dizer que lhe devo a ela e à Doutora Maria do Céu Fialho a minha entrada pela Poética e Hermenêutica, área de estudos na qual completei o Mestrado e o Doutoramento, sob a supervisão e o conselho destas duas insígnias académicas, mestres e amigas. Se o mestrado e o doutoramento versaram sobre o tempo, na sua ligação com a narrativa histórica e ficcional, chegou a hora de me voltar para o espaço, mas, por enquanto, o cá de baixo, o terrestre. E, mais uma vez é a Gadamer e a Paul Ricoeur, dois pilares da hermenêutica contemporânea, que deverei ir beber. O filósofo francês Paul Ricoeur, como já foi referido, escreveu imenso sobre hermenêutica e, embora nunca tenha escrito uma linha sobre hermenêutica ambiental, uma vez que faleceu em 2005, antes mesmo do surgimento desta nova linha de investigação, deixou-nos consideráveis pistas

para que pudéssemos alargar e aplicar os fundamentos da hermenêutica ao ambiente e à natureza. É assim que têm procedido a maioria dos investigadores da Hermenêutica ambiental. É assim que também nós procederemos. Por conseguinte, nada como ouvir o que tem a Doutora Luísa Portocarrero para nos dizer sobre Gadamer, Ricoeur e a hermenêutica em geral. Relembro só que o seu mais recente livro, editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra em acesso aberto e gratuito, tem por título “Rituais hermenêuticos da convivialidade”, que é o que basicamente estamos a tentar fazer aqui hoje, recolocando, como a autora bem defende, as Ciências Humanas no espaço de fronteira e de articulação com os outros saberes.

Finalmente, temos o Doutor Luís António Umbelino, cujos estudos em torno de uma ontologia do espaço em Paul Ricoeur e da hermenêutica e humanização do espaço me foram muito úteis para a fundamentação do programa do projeto. Também trouxe coerência à candidatura o facto de o Doutor Luís António Umbelino, que é Professor Auxiliar na Universidade de Coimbra, na área de Filosofia, ser também membro do grupo de investigação da “Racionalidade Hermenêutica” do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Conta com um vasto número publicações científicas em Portugal e no estrangeiro, nas áreas da sua especialidade, sendo uma delas justamente, a reflexão filosófica em torno de identidade, espaço e memória, explorando conceitos como o corpo ou a casa. Foi nessa qualidade que lhe sugeri que nos falasse sobre espaço, memória e consciência ecológica, sendo que o conceito de consciência ecológica tem de ser aqui entendido no seu sentido mais literal e etimológico. Com raiz na palavra grega *oikos*, ecologia significa etimologicamente o estudo da casa ou pensamento e discurso sobre a casa, sendo que esta casa tanto pode ser o ventre materno, como os edifícios onde nos abrigamos ou, de forma mais lata, a própria natureza, dita a nossa casa comum. Doutor Luís Umbelino, é com muito prazer que o escutamos.